



cadernos  
**ciespi**

Compromisso com as  
infâncias do mundo.

**11**

# Jovens em Ação: reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho

Renata Mena Brasil do Couto, Irene Rizzini e Malcolm Bush

**Pesquisa &  
Políticas Públicas**

 **ciespi**   
centro internacional de estudos e pesquisas sobre a infância

em convênio com

**PUC**  
RIO

Jovens em Ação: reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho/ Renata Mena Brasil do Couto; Irene Rizzini; Malcolm Bush – 1st. ed. – Rio de Janeiro: CIESPI, 2022. 26p. il. 20cm.

ISBN: 978-65-87410-11-1.

1. Juventude. 2. Pesquisa. 3. Inserção produtiva. 4. Participação social. I. Couto, Renata Mena Brasil do. II. Rizzini, Irene. III. Malcolm Bush.

CDD: 300

**Jovens em Ação:  
reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho**

Renata Mena Brasil do Couto, Irene Rizzini e Malcolm Bush

1ª edição (maio 2022) – Rio de Janeiro – RJ  
CIESPI

# Sumário

1- Introdução.....	6
2 – Descrição do problema.....	6
3 – A pesquisa.....	9
3.1 - Inserção Produtiva.....	10
3.2 – Participação Social.....	13
4 – O que os jovens têm a dizer sobre o projeto.....	15
5 - Considerações finais.....	20
6 - Referências bibliográficas.....	22
7 – Anexos.....	24

O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI é um centro de estudos e de referência associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas sociais para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.



Esta publicação faz parte do projeto internacional Jovens em ação na criação de cidades inclusivas. O projeto, no Brasil, é coordenado pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS – CIESPI/PUC-Rio) e, internacionalmente, por Sukanya Krishnamurthy (Universidade de Edimburgo), com apoio do British Academy's Youth Futures Programme (Reino Unido) e do Global Challenges Research Fund (Reino Unido, Referência: YF\19004). No Brasil, o CIESPI/PUC-Rio atuou junto ao Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação – FJSFA/VR. Texto de Renata Mena Brasil do Couto, Irene Rizzini e Malcolm Bush. Editores: Irene Rizzini, Maria Cristina Bó e Malcolm Bush. Design: Carolina Terra (CIESPI/PUC-Rio) e Agência Comunicar/PUC-Rio.

# 1- Introdução

Os jovens brasileiros e, em especial, os mais pobres, encontram cada vez mais dificuldades para ingressar no mundo do trabalho. Há um número significativo de jovens que não estão trabalhando, nem estudando. E, ainda, uma parcela expressiva não se encontra engajada em ações ligadas à defesa e promoção de seus direitos, como nos fóruns onde as políticas públicas são debatidas e decisões são tomadas. Essas questões foram determinantes para a concepção do projeto *Jovens em Ação na Criação de Cidades Inclusivas*<sup>i</sup>, que ora apresentamos.

Coordenado pela Universidade de Edimburgo (Escócia), com parceiros no Brasil (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI/PUC-Rio)<sup>ii</sup> e na Índia (Youth for Unity and Voluntary Action – YUVA, Fields of View - FoV e National Institute of Urban Affairs - NIUA), o projeto visa estimular a participação e o protagonismo juvenil nos processos de construção, implementação e monitoramento de políticas públicas, especialmente no que tange a sua inserção produtiva.

No Brasil, chamado *Jovens em ação na criação de cidades inclusivas*, o projeto fortaleceu a parceria entre o CIESPI/PUC-Rio<sup>ii</sup>, o Fórum Juventude Sul-Fluminense em Ação – FJSFA/VR<sup>iii</sup> e a Casa da Criança e do Adolescente<sup>iv</sup>. O FJSFA, que atua na cidade de Volta Redonda/RJ, é um espaço criado para que crianças, adolescentes

e jovens se reúnam e discutam juntos políticas públicas. O grupo estimula o protagonismo infantojuvenil e vem participando ativamente das conferências de direitos de crianças e adolescentes, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda (CMDCA – VR) e das discussões para a criação e implementação de um Plano Municipal para Infância e Adolescência. Além disso, o Fórum tem avançado no debate sobre políticas públicas para a juventude e na mobilização do Conselho Municipal da Juventude.

Realizado entre meados de 2020 e 2022, o projeto enfrentou as adversidades da pandemia de Covid-19 e se adaptou para investigar os desafios e as oportunidades para a inserção produtiva e para a participação social da juventude, a partir da realização de entrevistas e grupos focais com atores-chave e jovens moradores da cidade de Volta Redonda/RJ. Inicialmente foram promovidos encontros de treinamento online, nos quais discutimos as questões e as metodologias que seriam utilizadas na pesquisa. Os jovens do FJSFA/VR, com a parceria da equipe do CIESPI/PUC-Rio, participaram ativamente em todas as etapas de execução da pesquisa, que incluiu a formulação dos roteiros das consultas, o mapeamento dos atores-chave, a construção de análises e recomendações e o processo final de devolutiva dos resultados e incidência política.

## 2 – Descrição do problema

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em agosto de 2021, o desemprego afetava 14,7% da população economicamente ativa do Brasil. Esse percentual era de 46% entre aqueles com 14-17 anos e 31% entre aqueles com 18-24 (RIBEIRO, 2021). Se, historicamente, a taxa de desemprego sempre foi maior entre os jovens, a pandemia de Covid-19 agravou esse cenário, reduzindo o número de empregos e impactando negativamente a educação e a formação profissional desse grupo. Eles passaram a ocupar postos de pior qualidade, com baixa remuneração, baixa produtividade e ausência de proteção social, projetando uma tendência de piora em suas trajetórias futuras (CORSEUIL; FRANCA, 2020).

Todavia, embora as taxas de desemprego tenham batido recordes durante a pandemia, a crise e a reconfiguração ocorrida no capitalismo mundial vêm eliminando e remodelando postos de trabalho, gerando incertezas e instabilidade, muito antes disso. Combinadas com o avanço do neoliberalismo, desde os anos 1980, na América Latina, acompanhamos o aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade social, levando os jovens, cada vez mais cedo, a buscar um trabalho para ajudar no sustento de suas famílias. Nesses casos, muitos deles acabam recorrendo à informalidade, engrossando as fileiras do trabalho infantil e sendo privados de direitos e oportunidades que poderiam melhorar suas condições de vida no futuro.

Precisamos considerar também o elevado número de jovens que não trabalham e não estudam, percentual que subiu de 23,7% no último trimestre de 2019 para 25,5% no final de 2020 (NERI, 2021). Embora muitas vezes essa seja uma situação transitória, as causas da permanência de parte da juventude nessa condição ainda são controversas. Predominantemente, entende-se que “ser pobre, negro, ter baixa escolaridade e ser mulher com filhos são características que aumentam as chances de os jovens estarem na situação conhecida como nem-nem” (ROCHA ET. AL., p.546, 2020). As razões para os jovens estarem sem trabalho ou sem estudar são múltiplas, desde desigualdades sociais estruturais até baixos níveis de escolaridade, problemas de saúde, responsabilidades familiares, conjugalidade e parentalidade, e os formuladores de políticas públicas precisam considerar essas diferentes causas. Reconhecer a heterogeneidade desse grupo nos permitiria avançar no sentido de tornar políticas e programas mais efetivos.

Diante dos elementos apresentados, oferecer apenas educação e formação profissional nos parece insuficiente para garantir a inserção produtiva da juventude, especialmente diante da desaceleração da economia e da retração do mercado de trabalho aprofundadas pela pandemia de Covid-19. Esse cenário requer um conjunto de políticas públicas robustas capazes de gerar empregos, estimular à contratação, oferecer formação compatível com as exigências do mercado de trabalho, ofertar apoio psicossocial para aqueles que tenham dificuldades para lidar

com esse tipo de pressão e apoiar as famílias para que sejam capazes de exercer seu papel de cuidado e proteção em relação aos seus filhos.

Reconhecemos a importância do Programa Jovem Aprendiz nesse contexto, mas também seus limites, especialmente no que diz respeito à fiscalização da oferta de vagas. De acordo com a Lei da Aprendizagem - Lei nº 10.097/2000, todas as empresas de médio e grande porte devem oferecer de 5% a 15% de suas vagas para jovens entre 14 e 24 anos incompletos, estudantes ou já formados. Todavia, mesmo antes da pandemia, uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FINE, publicada em janeiro de 2020, já apontava que as empresas ofereciam, em média, 2% de suas vagas para jovens. Ao todo, elas deveriam oferecer em torno de 1 milhão de vagas, mas só 445 mil foram preenchidas em 2019, representando 46% da cota estabelecida pela legislação. E esse cenário se agravou com a pandemia. De acordo com um estudo publicado pela Kairós Desenvolvimento Social, desde o início da pandemia até meados de 2021, o país fechou quase 78 mil vagas de trabalho para jovens. Embora o mercado venha mostrando sinais de recuperação, isso ainda não foi suficiente para recuperar as vagas perdidas, especialmente porque o governo não investiu em medidas específicas voltadas para os aprendizes no que tange o enfrentamento da crise causada pela Covid-19.

Uma segunda parte do problema refere-se à falta de participação dos jovens na vida pública,

especialmente em espaços políticos cujas ações e decisões impactam diretamente as suas vidas. No Brasil, a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, e o Estatuto da Juventude, instituído em 2013, são os principais instrumentos normativos que amparam o debate acerca da participação infantil e juvenil. O artigo 3º do Estatuto da Juventude prevê:

Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes: (...) II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação; III - ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios; (...)

O artigo 4º determina que “o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude”. O artigo 5º afirma ainda que cabe também ao poder público incentivar a livre associação dos jovens, de modo a garantir sua interlocução por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis; bem como a criação e ampliação de espaços públicos e governamentais para a discussão e elaboração de políticas públicas junto à juventude, como o fortalecimento de conselhos setoriais e a



abertura desses espaços para o protagonismo infantojuvenil (BRASIL, 2013).

No Brasil, a despeito da existência de normativas e de espaços públicos voltados para a discussão, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas à juventude, como os Conselhos de Direitos, a produção acadêmica com foco sobre participação infantil e juvenil na América Latina aponta que discursos e práticas são dominados por adultos, reforçando uma mentalidade adultocêntrica, onde as crianças e adolescentes são vistos como propriedade, como potencialidade e não como parceiros ativos (PIRES; BRANCO, 2007; PÉREZ ET. AL., 2008; CONTRERAS; PÉREZ, 2011; PAVEZ-SOTO, 2012; CUSSIANOVICH, 2013; RIBEIRO, 2015). Pesquisas realizadas em diversos países da América Latina discutem a importância da participação e do protagonismo juvenil. Elas enfatizam a importância da autonomia e do papel ativo de jovens na sociedade (ORAIÓN; PÉREZ, 2006; NOVELLA, 2012; SARCOSTTI ET. AL., 2015) e do exercício de sua cidadania (ACOSTA; PINEDA, 2007; CORVERA, 2011; LAY-LISBOA ET. AL., 2018); e também destacam os inúmeros obstáculos que a juventude enfrenta para que suas vozes sejam levadas a sério (RIZZINI, 2018; COLLINS ET. AL., 2021).

Importante acrescentar que o preconceito de idade, chamado ageísmo, também impacta a participação da juventude, embora pouco se saiba sobre seus determinantes e sua escala. Um número crescente de estudos revela que o

preconceito contra os mais jovens se manifesta inclusive na política, onde se dúvida, nega e rejeita as vozes da juventude, regulando suas identidades e limitando seus esforços e movimentos em defesa de direitos (WHO, 2021).

### 3 – A pesquisa

Quando o projeto Jovens em ação na criação de cidades inclusivas foi idealizado, em meados de 2019, não havia indícios de que seríamos atravessados por uma pandemia. O novo cenário exigiu que adaptássemos toda nossa proposta. Apesar dos desafios de mobilizar a agenda pública em meio à maior crise sanitária já experimentada no país e do limitado acesso à internet e equipamentos de grande parte da juventude, especialmente aquela que vive em contextos de pobreza, conseguimos dar seguimento às atividades, adaptando a maior parte de nosso treinamento, coleta de dados, sistematização e análise para o ambiente virtual, incluindo as exigências referentes ao sigilo e aos aspectos éticos instituídos na Resolução CNS nº 466/12<sup>v</sup>.

Iniciamos nossas atividades reaproximando a equipe do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI/PUC-Rio dos jovens participantes do Fórum Juventude Sul-Fluminense em Ação – FJSFA/VR. Realizamos encontros quinzenais online de treinamento da equipe, entre outubro de 2020 e março de 2021.

A partir dos temas em foco no projeto, a inserção produtiva e a participação social da juventude, elaboramos os roteiros das entrevistas que seriam aplicados junto aos atores-chave e os roteiros que guiariam os grupos focais com jovens moradores da cidade de Volta Redonda.

Realizamos também um mapeamento online dos principais órgãos públicos e organizações não-governamentais atuantes na cidade de Volta Redonda relacionados aos temas que seriam abordados. Foram identificados: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda; Coordenadoria da Juventude; Comissão de Direitos da Juventude e Comissão de Defesa da Criança e Adolescente da Câmara Municipal de Volta Redonda; Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico e Turismo; Secretaria Municipal de Educação; Centro Integração Empresa Escola; Fundação Companhia Siderúrgica Nacional; Fundação Beatriz Gama e Casa da Criança e do Adolescente<sup>vi</sup>.

Os dez atores-chave identificados foram contactados e, depois de muita articulação política, todos indicaram representantes para serem entrevistados. As consultas foram realizadas entre maio e julho de 2021. Devido à pandemia de Covid-19, parte das entrevistas foi realizada à distância e parte delas foi realizada presencialmente, seguindo todos os protocolos de saúde recomendados.

Foram conduzidos dois grupos focais online com jovens moradores da cidade. Fizemos postagens públicas nas redes sociais do FJSFA/

VR, do CIESPI/PUC-Rio e dos participantes do projeto, divulgando a proposta e convidando os jovens para participar. Convites individuais e contatos com diretores de escolas também foram realizados. Todavia, diante dos desafios da pandemia de Covid-19, que incluem acesso limitado à internet, adaptação às aulas online, aumento da participação dos jovens nas tarefas domésticas e problemas relacionados à saúde mental, os grupos focais contaram com dois e cinco participantes. Visando o envolvimento de um número mais expressivo de jovens, optamos por realizar entrevistas individuais. A maioria delas foi conduzida de maneira assíncrona, através do WhatsApp. Dessa forma, entre julho e agosto de 2021, consultamos um total de dezenove jovens.

É preciso destacar que adultos e jovens trabalharam juntos em todas as etapas de execução da pesquisa. Desde a formulação dos roteiros de entrevistas, passando pelo mapeamento de atores-chave até a construção das análises e recomendações propostas.

### **3.1 - Inserção Produtiva**

De acordo com as consultas realizadas na cidade de Volta Redonda/RJ, entre os *principais desafios relacionados à inserção dos jovens no mercado de trabalho*, destacam-se a exigência de elevados níveis de qualificação e de experiência e a escassez de oportunidades no mercado de trabalho compatíveis com o perfil daqueles buscam o primeiro emprego.

A questão da escolaridade e a falta de preparação para o mercado de trabalho são os maiores motivos para que esse jovem não consiga se inserir no mercado de trabalho. Hoje a gente tem oportunidades. Eu falo muito com jovens dos projetos, do quanto é importante se qualificar, do quanto é importante buscar (...) (Ator-chave 1, 2021).

*O que mais poderia ajudar os jovens a se inserir no mercado de trabalho* seriam a ampliação, capilarização e diversificação dos cursos de formação técnica e profissional e mais oportunidades legais de trabalho. Destacam-se também a oferta de assistência estudantil, não só nas escolas, mas em cursos técnicos, profissionalizantes e outros que possam contribuir para o desenvolvimento de habilidades exigidas em vagas de emprego, como informática e línguas, e a preparação psicossocial e pessoal dos jovens para o mercado.

Considerando a relevância do Programa Jovem Aprendiz para a aproximação e inserção dos jovens no mercado de trabalho, consultamos os atores-chaves sobre suas vantagens e desvantagens<sup>vii</sup>. A redução de impostos para as empresas; a oferta de remuneração para os jovens; a oportunidade de acesso ao primeiro emprego; e a realização de atividades práticas no contraturno escolar foram os destaques positivos. Entre os pontos negativos foram mencionados: o foco na criação de vagas que oferecem baixa remuneração e não no aprendizado dos jovens;

a burocracia e as exigências que dificultam a participação de pequenas empresas; a maioria de vagas para cargos administrativos e de escritório, que não correspondem às demandas atuais do mercado; e a falta de integração do Programa com as escolas.

Por isso, às vezes a empresa não tem o conhecimento do programa de aprendizagem, ela não tem conhecimento do que o programa faz, o objetivo, e ele quer contratar um jovem como aprendiz, mas ele quer contratar um jovem aprendiz que já tem a qualificação, que já venha pronto (...) A grande maioria são jovens que ainda estão buscando essa primeira experiência (Ator-chave 2, 2021).

Sobre a *participação de jovens na formulação de programas e políticas públicas*, as consultas realizadas sugerem haver reconhecimento acerca da importância de escutar os jovens e compreender suas demandas, muito embora isso não costuma ocorrer de forma continuada. Considerados “mais livres” para questionar, mais conectados aos desafios de seu tempo e mais dispostos a mudar a sociedade, os jovens poderiam contribuir para a construção de políticas públicas mais efetivas ao mesmo tempo em que fortalecem sua formação para o desenvolvimento de uma sociedade com mais oportunidades para todos. Para isso, todavia, seria necessário que os jovens se reconhecessem

como atores-chave nesse processo, que fossem criados espaços adequados para sua participação e que os adultos aprendessem a ouvir e dar credibilidade ao que eles dizem.

A mudança sempre vem com o jovem, isso sempre foi assim. Quem quebra os paradigmas, quem tem a ousadia de acreditar que é possível, de não acreditar que nada é difícil (...) (Ator-chave 3, 2021).

Em consonância com os debates que permeiam a sociedade hoje, questionamos os *impactos positivos e negativos da identidade de gênero / sexualidade / religiosidade / raça ou etnia no trabalho dos jovens*<sup>viii</sup>. Apesar de afirmarem que essas questões não interferem na sua capacidade de trabalho, a maioria dos jovens disse perceber que pertencer a grupos minoritários impacta negativamente na contratação e no cotidiano de trabalho da juventude. Eles relataram episódios em que, especialmente, preconceitos relacionados ao racismo e à homofobia levaram a demissões e a constrangimentos. Ser mulher e jovem também apareceu como um perfil que gera olhares e julgamentos no mercado de trabalho. Alguns ainda disseram sofrer preconceito na escola, na universidade e nos espaços comunitário e familiar.

Afeta, é uma coisa inegável que afeta. (...) Mas acontece, pessoas que pensam que,

tipo, preto não trabalha direito, preto vai arranjar barraco no serviço, (...). Pessoal, nem todo preto é igual, nem todo branco é igual, ninguém é igual a ninguém (Jovem 1, 2021).

As *formas de diminuir os índices de desemprego da juventude*<sup>ix</sup> foram organizadas considerando como governos, empresas e jovens poderiam contribuir. No que diz respeito ao governo, destacamos a necessidade de ampliar cursos de formação gratuitos, alinhados às exigências do mercado de trabalho e com oferta de assistência estudantil; oportunizar experiências diversificadas de trabalho aos jovens; investir no Programa Jovem Aprendiz, tornando-o mais atraente e menos burocrático para as empresas; criar leis de incentivo ao primeiro emprego; disseminar informações sobre as iniciativas existentes, capacitando empresas e jovens; e incluir lideranças jovens na formulação de políticas públicas. No que diz respeito ao que as empresas poderiam fazer, os atores-chave mencionaram: cumprir a lei da aprendizagem; ampliar a oferta de vagas para adolescentes e jovens, inclusive para os menores de 18 anos e para aqueles cursando o ensino fundamental; incentivar e apoiar os estudos e a formação dos seus profissionais; e criar programas para receber os jovens que precisam de orientação após a contratação. Sobre o papel dos jovens nesse processo, destacamos: estudar; alinhar-se às novas dinâmicas do mercado de

trabalho; buscar informações para não perder oportunidades; aprender a se comportar em ambientes profissionais; ampliar sua participação nos espaços públicos de discussão, formulação e fiscalização de políticas; e mobilizar cobranças e protestos.

Percebemos, ao longo da pesquisa, que parte dos representantes dos órgãos públicos entrevistados reconhece os desafios do tempo presente e admite que suas ações têm sido insuficientes para enfrentá-los. Por outro lado, alguns discursos ainda parecem responsabilizar os jovens pelos obstáculos que enfrentam para se inserir no mercado de trabalho, atribuindo a eles falta de interesse e/ou passividade. Esse tipo de discurso alimenta preconceitos e discriminação contra a juventude quando, nos contextos mais vulneráveis, ela enfrenta círculos intergeracionais de pobreza, racismo estrutural, machismo, homofobia, entre outras tantas questões sociais.

Esse debate foi intenso ao longo de todo o projeto e registramos fortes depoimentos em um dos grupos focais realizados. Os jovens apontaram para a necessidade de fortalecimento de espaços de diálogo e de acompanhamento psicossocial, assim como para o desenvolvimento de campanhas informativas e de conscientização sobre o tema. Importante dizer que temos acompanhado uma escalada dos agravos à saúde mental dos jovens nas últimas décadas no Brasil. A pandemia de Covid-19 aprofundou esse problema. Além dos fatores diretamente

relacionados à doença, como o medo de se contaminar e da morte, a situação financeira e o acúmulo de dívidas também fez os índices de ansiedade e depressão aumentarem. A pesquisa *Saúde Mental na Pandemia* (IPEC, 2021) aponta que os jovens entre 18 e 24 anos foram os mais afetados, sendo que metade deles classificou a própria saúde mental como ruim (39%) ou muito ruim (11%) durante a pandemia. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, “alguns adolescentes estão em maior risco de problemas de saúde mental devido às suas condições de vida, estigma, discriminação ou exclusão, além de falta de acesso a serviços e apoio de qualidade. Estes incluem adolescentes (...) que fazem parte de minorias étnicas ou sexuais ou outros grupos discriminados” (OPAS, S/D).

### **3.2 – Participação Social\***

Consultamos os jovens da cidade de Volta Redonda/RJ no que tange a sua *participação na vida da comunidade ou de espaços de debates sobre direitos e sua participação na elaboração e implementação de políticas*. Nas duas perguntas, a maioria deles respondeu nunca ter participado. Alguns jovens, no entanto, mencionaram já ter se envolvido com grêmios estudantil, ter sido representante de turma, ter participado de diretório acadêmico na faculdade, de projetos sociais e de associações de moradores e religiosas. Na segunda pergunta, alguns disseram ter tomado parte em debates públicos via redes

sociais, coletivos pretos, abaixo-assinados, audiências e assembleias na Câmara Municipal.

Eu acho que tem sim coletivos (...), só que não é divulgado pra gente. A Prefeitura não apoia, então automaticamente não tem a divulgação. Então muitas pessoas realmente não sabem que existe (Jovem 2, 2021).

Os jovens disseram se interessar por movimentos ou grupos que discutam assuntos relacionados à juventude e os *principais temas* registrados giram em torno de questões raciais, de gênero e sexualidade; direitos sociais; e aqueles relacionados a sua inserção produtiva. Eles também tiveram oportunidade de manifestar *o que gostariam que fosse diferente na sociedade* e entre as respostas emergiram o desejo de viver em comunidades menos violentas; com mais respeito a diversidade e aos direitos de todos; sem desigualdade social; com jovens mais atuantes; e com mais educação e políticas públicas.

Eu acho que eu poderia ficar listando a noite toda as opressões que nós passamos. Não só nós, né? Mas a maioria das minorias. (...) Eu poderia falar homofobia, assédio, violência contra as mulheres, racismo, xenofobia e várias coisas. Mas eu acho que o que eu mudaria na sociedade em si, na verdade que eu acrescentaria, seria o respeito e a

humanidade, porque parece que (...) com o passar do tempo, as pessoas parecem que estão esquecendo disso, que elas precisam de respeito para viver em um grupo (...) (Jovem 3, 2021).

Ao serem perguntados de que forma poderiam *estimular à participação* de outras pessoas para ajudar com as mudanças sociais que gostariam que fossem feitas, os jovens mencionaram ser importante conversar e debater temas pertinentes à juventude; criar e fortalecer redes de diálogo e rodas de conversa; estar mais próximo das pessoas; conscientizá-las acerca de temas de interesse social; realizar manifestações, distribuir panfletos e cartazes; apresentar projetos; movimentar as redes sociais; e ampliar a divulgação de espaços, fóruns e redes de discussão relacionados às políticas públicas.

Sobre a escuta das *opiniões e demandas dos jovens*, alguns deles mencionaram ter encontrado algum espaço em suas faculdades, grêmios escolares, comunidades religiosas e entre amigos e familiares. Um dos entrevistados mencionou que gosta de debater porque só assim é possível realizar mudanças. Entretanto, de modo geral, a maioria afirmou que suas opiniões e demandas não são consideradas, especialmente pelos governantes. Talvez por isso, ao serem indagados sobre as melhores formas de serem ouvidos, eles mencionaram manifestações, protestos, participação em movimentos sociais, ONGs e projetos sociais.

Com o governo atual, apenas com protestos (Jovem 4, 2021).

(...) Os governantes eles não dão espaço e nem voz, sempre tenta calar ao máximo a voz do povo (Jovem 5, 2021).

Ao longo do projeto, muito foi discutido em relação à necessidade de ampliar, adequar e fazer uma maior divulgação dos espaços de formulação e debate sobre políticas públicas, permitindo que os jovens participem dessas discussões. Foi considerado importante que elas ocorram também de maneira capilarizada, envolvendo a juventude em seu cotidiano, a começar pelas escolas, universidades e empresas, com uma linguagem acessível, de modo que a oportunidade de participar alcance a todos.

Divulgar a atuação dos Conselhos de Direitos, especialmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e o Conselho Municipal da Juventude - CMJ, garantindo voz e voto a crianças, adolescentes e jovens também deve fazer parte das estratégias de incentivo à participação infanto-juvenil. Destacamos aqui o caso do CMDCA/VR, que foi pioneiro em efetivamente incluir adolescentes em seu quadro de conselheiros. Essa participação tem contribuído para a formação de jovens e adultos multiplicadores, comprometidos com o desenvolvimento do município<sup>xi</sup>.

Consideramos importantes todas as iniciativas voltadas para a inclusão da juventude, mas é preciso dizer que, mais do que serem ouvidos, os jovens manifestaram interesse de participar ativamente das decisões que versam sobre suas vidas, ocupando um papel central nas questões relacionadas ao seu desenvolvimento e de sua comunidade. No decorrer da pesquisa, identificamos elementos que despertam o interesse da juventude, abrindo um leque de oportunidades para a oferta de diferentes alternativas para o engajamento desse grupo em suas comunidades. Todavia, para isso, é preciso que os jovens sejam informados e formados acerca de diferentes temas e que os espaços públicos de debate sejam acessíveis, garantindo a eles voz e voto. Ou seja, é necessário que as cidades se tornem mais inclusivas e permeáveis a sua participação.

## 4 – O que os jovens têm a dizer sobre o projeto

A participação dos nove membros do Fórum Juventude Sul-Fluminense em Ação – FJSFA/VR foi fundamental em todas as etapas do projeto. Os jovens e a equipe do CIESPI/PUC-Rio mantiveram um diálogo aberto sobre o que achavam mais interessante, quais assuntos queriam aprofundar e sobre as mudanças de rumos necessárias para a realização da pesquisa. Ao final, todos responderam algumas perguntas

sobre sua participação nas atividades realizadas, o que pensavam da experiência de colaboração entre adultos e jovens e como isso poderia contribuir para a mobilização infantil e juvenil em prol de seus direitos.

Em relação à etapa de treinamento da equipe, o principal aprendizado mencionado pelos jovens foi sobre as diferentes fases que compõem uma pesquisa de campo. Durante esse processo, eles puderam compreender a importância de reunir dados e informações que apoiem e valorizem suas propostas. Eles também se mostraram particularmente interessados no tema da inserção produtiva, na legislação e na compreensão dos programas que apoiam a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Eles disseram querer se aprofundar acerca desses temas, apontando recortes possíveis como as estratégias de abordagem aos entrevistados e o Programa Jovem Aprendiz.

Realizar os encontros online foi um grande desafio. Os membros do FJSFA/VR mencionaram que presencialmente teriam mais facilidade de se concentrar e que absorveriam mais o conteúdo apresentado. Por outro lado, apontaram que os horários mais flexíveis e o fato de poderem estar em locais diferentes facilitaram a participação. Além disso, eles puderam aprender e/ou se habituar ao uso de novas tecnologias, como a plataforma Zoom e o Google Meet. De modo geral, a experiência foi considerada desafiadora, mas positiva.

A internet para mim foi um problema quando estava na rua, mas isso foi facilmente lido por conta do investimento, o uso do Word me ajudou muito e o aplicativo Zoom também, era meio confuso para mim e com a prática eu consegui lidar com isso (Jovem FJSFA D, 2021).

Sobre a etapa de coleta de dados, com o mapeamento dos atores-chave e a realização de entrevistas e grupos focais, os jovens mencionaram ter sido difícil localizar informações e contatos através das plataformas digitais, isso por conta da desatualização de vários sites de órgãos públicos. Para essa tarefa, a equipe do CIESPI/PUC-Rio ajudou na intermediação dos agendamentos das entrevistas, lançando mão de articulações e contatos pessoais para que fosse possível avançar em relação a alguns agentes do poder público. Além da falta de informação disponível, foi possível perceber certa insegurança dos jovens, que manifestaram preocupação de que seus pedidos de entrevista não seriam atendidos, seja porque seriam desconsiderados por sua idade, seja pela fama do FJSFA/VR de reunir jovens questionadores. Eles consideraram muito positivo terem sido recebidos por todos os atores-chave identificados na pesquisa, embora tenham se incomodado com algumas de suas respostas prontas e com a falta de aprofundamento em certas questões. Alguns acharam desafiador só poder ouvir e não problematizar, mas, mesmo



para aqueles mais tímidos, foi importante terem sido ouvidos e respeitados pelos agentes públicos. Encarar pontos de vista divergentes também foi importante para que eles pudessem refletir e buscar fortalecer seus argumentos, conforme sinalizou um dos participantes.

Na parte das entrevistas foi muito interessante, a pesquisa de campo muito me agrada, ainda mais a questão de ouvir pontos divergentes. Mas o nosso desafio foi conseguir se chegar aos atores, que as vezes são de difícil acessibilidade (Jovem FJSFA E, 2021).

Importante lembrar que o FJSFA/VR é um grupo com experiência em incidência política e que já participou de outras pesquisas, mas isso não impediu que o nervosismo tenha afetado os participantes em algumas etapas do projeto como, por exemplo, na hora de conduzir as entrevistas, manter o entrevistado envolvido com os temas e conseguir as respostas necessárias. O interesse pela pesquisa foi despertado em alguns deles que gostariam, inclusive, de ter tido mais tempo para ampliar a coleta de dados. Todavia, os tempos desafiadores de execução do projeto não permitiram. Trabalhamos com um cronograma relativamente justo, mas que permitiu que realizássemos todas as atividades previstas, inclusive as devolutivas a todos os atores-chave e jovens consultados ao longo do projeto. Outros dois pontos questionados foram que os jovens

gostariam que pesquisadores mais experientes tivessem realizado os registros das entrevistas e que tivéssemos tido um encontro presencial, impossibilitado pelas restrições de deslocamento e aglomeração da pandemia de Covid-19.

Desafiador, pois o controle da entrevista estava conosco e manter o entrevistado envolvido no tema pode ter sido um desafio, mas que foi conduzido com maestria (Jovem FJSFA C, 2021).

Perguntamos aos jovens em que momentos das entrevistas eles tinham se sentido representados (ou não) pelas falas dos atores-chave. Eles pontuaram concordar, especialmente, com as respostas que afirmaram a importância de ampliar a inclusão dos jovens nos espaços de incidência política e os mecanismos para garantia de seus direitos. Eles apoiaram também a criação de novos projetos relacionados aos temas da pesquisa, mas demonstraram preocupação em relação à possível apropriação e atrelamento dos mesmos a gestões e agentes públicos específicos, podendo gerar descontinuidade e nepotismo. Eles criticaram falas em apoio ao trabalho infantil e discursos que caracterizaram os jovens como “preguiçosos” e os responsabilizaram por seu desemprego.

A necessidade de se dar mais atenção ao jovem e trazê-lo para o campo das políticas

públicas e suas discussões é o que me identifiquei. Já falas como o jovem sendo preguiçoso não me representam e nem representam de fato a juventude, mas apenas um desconhecimento e um discurso superficial (Jovem FJSFA E, 2021).

Os membros do FJSFA/VR, assim como outros jovens entrevistados, mencionaram que a juventude costuma ser especialmente discriminada por sua falta de experiência profissional, o que os torna vulneráveis ao trabalho infantil à precarização do trabalho. Eles também disseram que preconceitos estruturais geram inseguranças e afetam a saúde mental, dificultando a colocação dos jovens no mercado. Para romper essas barreiras, os participantes consideram necessários cursos de formação gratuitos e adequados às demandas do mercado e oportunidades que permitam que os jovens adquiram experiência enquanto trabalham. Eles apontam que oferecer acompanhamento psicossocial e ampliar a fiscalização da oferta de vagas pelas empresas também são fundamentais.

Sobre a cidade de Volta Redonda disponibilizar serviços públicos adequados a sua população, os jovens mencionaram que falta qualidade, divulgação e capilaridade nos serviços, especialmente em relação às áreas periféricas da cidade. A falta de profissionais e insumos nos hospitais e a insuficiente rede de transportes no município foram exemplos assinalados. Ainda assim, diante dessas fragilidades, os membros

do FJSFA/VR reconhecem que poucos jovens se envolvem no que acontece na região, seja por falta de acesso à informação ou porque não encontram espaços onde possam se manifestar. Alguns disseram que os jovens participam quando são estimulados a isso e acionados por órgãos competentes.

Todavia, como muitos não conhecem seus direitos, estão acostumados a serem menosprezados e relegados a segundo plano. Além disso, costumam conviver com discursos de que a política é ruim, o que os leva a não se envolver com as questões de sua comunidade. Para que houvesse mais participação, seria necessário que fosse oferecida formação para os jovens acerca de seus direitos e sobre a importância de sua participação; que houvesse ampliação, capilarização e divulgação dos espaços de debate; que o Conselho da Juventude promovesse mais articulação e mobilização; e que fossem adotadas metodologias com uma linguagem jovem e amigável.

Perguntamos também o quão desafiador foi executar o projeto em meio a pandemia de Covid-19 e a dependência do ambiente virtual, diante do acesso limitado e da instabilidade da internet, foi um dos pontos mais citados. Embora tenham sido oferecidos recursos específicos para que os membros do FJSFA/VR tivessem maior e melhor acesso à internet, muitos dos entrevistados, especialmente os jovens, tiveram dificuldades nesse quesito. Por vezes, isso tornou as consultas online mais demoradas e

cansativas. Não foi possível realizar os grupos focais de maneira presencial, o que nos obrigou a repensar o trajeto da pesquisa. Isso frustrou as expectativas de trocas mais dialógicas com outros jovens, mas as estratégias adotadas para a realização de consultas individuais garantiram sua escuta sobre temas relevantes. Em paralelo, garantir ambientes controlados e seguros para a realização das entrevistas individuais com os atores-chave também se tornou indispensável.

Em relação às formas como seu conhecimento sobre a cidade, o mundo do trabalho e a participação social foram transformados ao longo do projeto, os participantes disseram ter aprendido bastante acerca da inserção produtiva, em especial o Programa Jovem Aprendiz, de modo que se sentem mais preparados para debater o tema e divulgar esse conhecimento para outros jovens. O tema da participação social já era familiar ao FJSFA/VR e eles entendem que sua experiência pregressa foi fundamental para que pudessem executar a pesquisa e, especialmente, apresentar e discutir seus resultados durante o processo de devolutiva aos atores-chave. Ainda assim, alguns apontam terem se sentido mais fortalecidos após o aprofundamento das discussões gerado pelo projeto.

Com todas as trocas, experiências, vivências que o projeto nos ofereceu durante todo processo, acredito que todos nós estamos aprendendo bem mais do que oferecendo.

Mas nossas vivências e experiências passadas também foram fundamentais para o desenvolvimento (Jovem FJSFA B, 2021).

A relação com CIESPI/PUC-Rio foi considerada positiva, especialmente porque os jovens sentiram que suas experiências foram valorizadas e respeitadas. As trocas realizadas trouxeram ganhos para ambos os lados, embora, de início, as diferenças de linguagem e postura tenham sido consideradas um obstáculo. Conforme o projeto avançou, ambos os grupos se transformaram e se aproximaram, permitindo que as atividades fossem executadas em parceria. Um dos jovens apontou que o fato das pessoas terem idades e experiências diferentes colaborou para que o grupo tivesse um melhor desempenho.

Uma experiência incrível que vou guardar comigo para sempre. Foram sábados muito produtivos ao qual me trouxe bastante conhecimento e principalmente ver que têm adultos que se importam com a juventude isso é incrível (Jovem FJSFA A, 2021).

## 5 - Considerações finais

Ao final da pesquisa de campo realizada, após a coleta e análise dos dados das entrevistas e grupos focais, os jovens do Fórum Juventude Sul-Fluminense em Ação – FJSFA/VR produziram recomendações prioritárias visando ampliar e aprimorar a inserção produtiva e a participação social da juventude na cidade de Volta Redonda. Eles elaboraram um documento, intitulado *Manifesto da juventude de Volta Redonda por trabalho e participação social*. Esse documento foi impresso, junto com o relatório final da pesquisa, e entregue a todos os atores-chave consultados. Foram agendados encontros presenciais para a devolutiva dos resultados da pesquisa e, na ocasião, os jovens puderam dialogar com representantes do poder público e de organizações não-governamentais sobre suas percepções e propostas. Foi realizado também um encontro final, transmitido ao vivo, através das redes sociais do FJSFA/VR, onde foram apresentados e discutidos os resultados do projeto tendo a juventude como público-alvo. O saldo positivo desse processo foi percebido pela mobilização da cidade em torno dos temas propostos pela pesquisa. Recebemos o retorno, por exemplo, de que a Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda adotou medidas para ampliar a divulgação de seus cursos para jovens e adultos, inclusive nas redes sociais; e que a Coordenadoria Municipal da Juventude criou uma comissão executiva para tratar de questões

relacionadas à juventude com atores-chave do atual governo entrevistados ao longo do projeto. Outro exemplo é o relato de um dos membros da equipe a respeito de discussões ocorridas durante a Conferência Municipal da Juventude, realizada em agosto de 2021, sobre o papel do poder público na construção de políticas voltadas para a inserção produtiva e a participação social da juventude. Isso contribuiu para a divulgação dos dados e recomendações elaboradas ao longo do projeto e para que eles fossem considerados na construção do novo Plano Municipal da Juventude.

Outra contribuição importante do projeto foi poder experimentar a coparticipação de adultos e jovens em sua execução. Um processo rico e desafiador. A Covid-19 impôs novas dinâmicas aos lares brasileiros e os jovens precisaram se adaptar às aulas online e apoiar suas famílias, muitas das quais sofreram diretamente os impactos da pandemia, seja em sua saúde física, seja na sua saúde financeira e emocional. Em certos momentos, foi difícil manter as atividades da equipe, inclusive por parte dos adultos, diante dos sofrimentos e demandas do cenário atual. As dificuldades de acesso à internet e a equipamentos adequados para a interação virtual provocaram instabilidade nas reuniões de pesquisa, assim como dificultaram os contatos institucionais para a realização das entrevistas com atores-chave e a participação dos jovens nos grupos focais. O linguajar acadêmico e, por vezes, cansativo dos adultos foi questionado e teve que ser adaptado, visando estimular a

permanência e a participação dos jovens. Já a postura descontraída de alguns jovens também causou desconforto e exigiu diálogo. Entre os aspectos positivos, destacamos a troca de conhecimentos. Se os mais novos se beneficiaram da experiência e do conhecimento técnico-científico, os mais velhos foram estimulados a pensar formas mais acessíveis de comunicação, para além dos muros da universidade, tornando temas e conteúdos mais dinâmicos de forma a atrair atenção e gerar engajamento. Importante reconhecer a importância da mediação dos jovens mais experientes, construindo pontes com os adultos e facilitando a relação com os menos experientes. Nesse sentido, trabalhar com um grupo já formado de ativistas, como é o caso do FJSFA/VR, facilitou o entrosamento da equipe mesmo à distância.

Gostaríamos de destacar alguns elementos que acreditamos terem contribuído para o bom andamento do projeto. O tema da inserção produtiva esteve muito alinhado com o tempo presente, especialmente devido às altas taxas de desemprego alcançadas pelo Brasil durante a pandemia de Covid-19. Ele se revelou de grande interesse para os jovens e capaz de gerar preocupações para o poder público, o que contribuiu para a mobilização da agenda da cidade de Volta Redonda/RJ e permitiu o avanço do diálogo. O tema também favoreceu a identificação de lacunas e a elaboração de recomendações mais concretas, perceptíveis no cotidiano de quase todo jovem sul-fluminense. O fato do FJSFA/VR ter experiência progressa

em incidência política facilitou a relação com parceiros estratégicos da cidade. Nesse aspecto, contar com membros da equipe do CIESPI/PUC-Rio que moram na região também foi fundamental. Percebemos ainda que os jovens pareceram se interessar mais e tiveram um bom desempenho nas atividades práticas, como o mapeamento e a realização de entrevistas, e que seu envolvimento foi menor nas discussões teóricas realizadas virtualmente.

Por fim, é importante pontuar que laços de confiança foram criados ao longo do trajeto, facilitando o diálogo e o respeito às diferentes formas de pensar, de se expressar e agir dos participantes. Percebemos que ouvir o outro, planejar e executar ações em conjunto e intergeracionalmente é um processo que demanda tempo, algo muitas vezes limitado na execução de projetos e pesquisas sociais. Ainda assim, destacamos que ouvir o que crianças, adolescentes e jovens têm a dizer, o que aprenderam com suas experiências e quais as suas necessidades e propostas é fundamental para que eles compreendam e defendam seus direitos e de suas comunidades. Superar a concepção de juventude como mera etapa de transição para a vida adulta é importante para que os jovens possam participar ativamente da vida social. Os espaços de discussão e formulação de políticas já instituídos precisam ser sensibilizados e remodelados de modo a permitir uma participação intergeracional, construindo um sentimento de pertencimento desde a infância, e estimulando o envolvimento de todos na construção de uma sociedade mais democrática e justa.

## 6 - Referências bibliográficas

ACOSTA, Alejandro; PINEDA, Nisme. Ciudad y participación infantil. In: Caraveo, Yolanda Corona e Linares Pontón, María Eugénea (eds), Participación infantil y juvenil en América Latina. Bogotá: Cinde, p. 147-177, 2007.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

COLLINS, Tara. ET. AL. Fostering global dialogue: conceptualisations of children's rights to participation and protection. *Children & Society* 35(2): 295-310, 2021.

CONTRERAS, Claudio G.; PÉREZ, Andrés Javier. Participación invisible: niñez y prácticas participativas emergentes. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 9(2), p. 811-825, 2011.

CORVERA, Nicolás. Participación ciudadana de los niños como sujetos de derechos. *Persona y Sociedad / Universidad Alberto Hurtado*. Vol. XXV, nº 2, p. 73-99, 2011.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; FRANCA, Maíra A. P. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. In: IPEA. *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, nº 70, 2020.

CUSSIANÓVICH, Alejandro. Protagonismo, participación y ciudadanía como componente de la educación y ejercicio de los derechos de la infancia. En A. Cussianóvich (Ed). *Historia del pensamiento social sobre la infancia*. Lima: Universidad Mayor de San Marcos, 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Benefícios Econômicos e Sociais da Aprendizagem, 2019. Disponível em: <https://portal.ciee.org.br/pesquisa/fipe-beneficios-economicos-sociais-aprendizagem/>. Acesso em: 28/09/2021.

INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA (IPEC). Saúde mental na pandemia, 2021. Disponível em: [Pesquisas | Ipec \(ipec-inteligencia.com.br\)](https://www.ipec-inteligencia.com.br). Acesso em: 30/09/2021.

KAIRÓS DESENVOLVIMENTO SOCIAL. In: CORREIO BRASILIENSE. *Aprendizes sem chance*, 2020. Disponível em: [Visão do Correio \(correiobraziliense.com.br\)](https://www.correiobraziliense.com.br). Acesso em: 28/09/21.

LAY-LISBOA, Siu ET. AL. Protagonismo infantil en la escuela: las relaciones pedagógicas en la construcción de ciudadanía. *Sociedad e Infancias* 2, p. 147-170, 2018.

NERI, Marcelo C. Juventudes, Educação e Trabalho: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021.

NOVELLA, Ana María. La participación infantil: concepto dimensional en pro de la autonomía ciudadana. *TESI* 13(2), p. 380-403, 2012.

ORAISÓN, Mercedes; PÉREZ, Ana María. Escuela y participación: el difícil camino de la construcción de la ciudadanía. *Revista Iberoamericana de Educación* 42, p. 15-30, 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Saúde mental dos adolescentes, S/D. Disponível em: [Saúde mental dos adolescentes - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](https://www.opas.org.br). Acesso em: 30/09/2021.

PAVEZ-SOTO, Iskra. Sociología de la infancia: Las niñas y los niños como actores sociales. *Revista de Sociología*, 1(27), p. 81-102, 2012.

PÉREZ, Beatriz C. ET. AL. Cidadania e participação social: um estudo com crianças no Rio de Janeiro. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2), p. 181-191, 2008.

PIRES, Sergio F. S.; BRANCO, Angela U. Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. *Paidéia*, v. 17, n. 38, p. 311-320, 2007.

RIBEIRO, Fernanda B. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de “crianças e adolescentes” em contextos da “proteção à infância”. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, nº 43, p. 49-64, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Victor. Pesquisa aponta que os jovens são os mais afetados pelo desemprego. Agência Brasil, Brasília, 18 de agosto de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-08/pesquisa-aponta-que-os-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego>

RIZZINI, Irene. O direito à participação de crianças e adolescentes em espaços públicos. 56º Congresso Internacional de Americanistas (ALAS). Universidade de Salamanca, Espanha, 2018.

ROCHA, Enid ET. AL. Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar. *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 03, p. 545-562, set./dez. 2020.

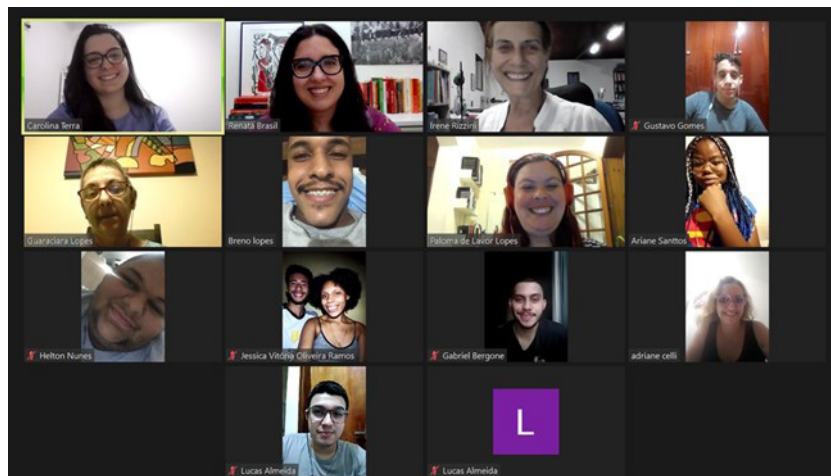
SARCOSTTI, Mahia ET. AL. El derecho de participación en la niñez: alcances y desafíos para la investigación social. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, n. 62, p. 211-244, jun. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global report on ageism. Geneva: World Health Organization, 2021.

## 7 – Anexos

Convidamos os leitores a visitar o site do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI/PUC-Rio ([www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br)) e as redes sociais do Fórum Juventude Sul-Fluminense em Ação – FJSFA/VR (/FJSFA e @fjsfaoficial) para mais informações sobre o projeto e suas produções.

### - Participantes do projeto em reunião virtual





## - Manifesto produzido pelo FJSFA



### FÓRUM JUVENTUDE SUL FLUMINENSE EM AÇÃO

*"Não fale de mim sem mim, fale de mim comigo"*

#### MANIFESTO DA JUVENTUDE DE VOLTA REDONDA POR TRABALHO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nós, membros do Fórum da Juventude Sul Fluminense em Ação – FJSFA, participamos do projeto “Jovens em Ação na Criação de Cidades Inclusivas”, em parceria com o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), a Universidade de Edimburgo (Escócia) e o Youth for Unity and Voluntary Action (YUVA/Índia). O projeto tem como objetivo contribuir para tornar as cidades mais inclusivas e permeáveis à participação ativa e ao desenvolvimento juvenil.

Entrevistamos importantes atores-chave do município de Volta Redonda, incluindo representantes do poder público e de organizações não governamentais, assim como jovens moradores da cidade, sobre a inserção produtiva e a participação social da juventude. A partir dessas consultas, percebemos que os principais desafios para a inserção dos jovens no mercado de trabalho são: a exigência de experiência e de elevados níveis de escolaridade, a falta de qualificação e a escassez de oportunidades compatíveis com o perfil daqueles que buscam o primeiro emprego.

Nesse sentido, entendemos que é fundamental que o poder público amplie e aprimore seus mecanismos de:

- Coordenação e fiscalização da implementação da política de primeiro emprego, garantindo o cumprimento das regras e capacitando as empresas para receber os jovens.
- Formação profissional e técnica da juventude compatíveis com as demandas atuais do mercado de trabalho, com foco nas áreas de tecnologia e informática.
- Inclusão digital, priorizando a oferta de equipamentos e programas de informática nas escolas, contribuindo para a formação escolar, profissional e pessoal dos jovens, especialmente nas periferias.
- Assistência estudantil (passagem + alimentação + bolsa), visando mitigar as desigualdades de oportunidades existentes entre diferentes classes sociais. Essa assistência deve englobar a participação dos jovens em cursos de formação profissional e técnica e cursos que possam contribuir para o desenvolvimento de habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, como cursos de idiomas.
- Implantação do Programa Jovem Aprendiz no município, informando seus benefícios para as empresas e para os jovens. Além disso, é fundamental ampliar e diversificar a oferta de vagas, inclusive por pequenas empresas, e adequar a formação profissional oferecida de modo a torná-la compatível com as vagas disponíveis no mercado de trabalho.
- Diálogo e de apoio psicossocial, inclusive nas empresas, contribuindo para a conscientização acerca dos impactos negativos do preconceito na vida dos jovens.
- Combate ao trabalho infantil, inclusive através da ampliação de vagas de trabalho formal para adolescentes e jovens.
- Participação de jovens nas etapas de discussão e formulação de políticas, programas e ações, especialmente aqueles voltados para a juventude.
- Divulgação das iniciativas voltadas para a inserção produtiva e participação social da juventude, garantindo o acesso à informação, especialmente para os jovens das periferias da cidade.

Por fim, propomos a realização de mais conferências e a elaboração de um Plano Municipal da Juventude em Volta Redonda que priorizem a geração de trabalho e renda dignos para os jovens. Queremos contribuir, ser ouvidos e participar das ações e da formulação de políticas públicas, mas, para isso, precisamos ser informados e formados sobre diferentes temas e ter acesso garantido aos espaços públicos de debate, inclusive com direito à voz e voto.

Volta Redonda, 27 de outubro de 2021.

Fórum da Juventude Sul Fluminense em Ação

**Lucas de Almeida Alves dos Santos**  
Comissão Executiva FJSFA

[fjsfavr@gmail.com](mailto:fjsfavr@gmail.com)  
Volta Redonda – RJ

## Notas

<sup>i</sup> O título original do projeto em inglês é: *Shaping futures: youth livelihood options in creating inclusive cities*, com apoio da British Academy's Youth Futures Programme (Reino Unido) e do Global Challenges Research Fund (Reino Unido). Referência: YF\19004.

<sup>ii</sup> Equipe composta pelas pesquisadoras Renata Mena Brasil do Couto e Carolina Terra e pela consultora Adriane Medina Celli, sob a coordenação da professora Irene Rizzini.

<sup>iii</sup> Participaram do projeto os jovens: Ariane Oliveira, Breno Santos, Gabriel Corrêa, Gustavo Ferreira, Helton Nunes, Jéssica Ramos, Lucas Santos, Marcela Silva e Sam Silva.

<sup>iv</sup> Facilitadoras: Paloma Lopes e Guaraciara Lopes.

<sup>v</sup> A pesquisa resultou em um relatório final, intitulado *Jovens em ação na criação de cidades inclusivas: trabalho e participação social*, disponível em: [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br).

<sup>vii</sup> O Conselho Municipal da Juventude também foi identificado como um ator-chave para essa discussão, mas, como estava inativo durante o período da pesquisa, não foi possível entrevistar um representante da entidade.

<sup>viii</sup> Pergunta feita exclusivamente aos atores-chave.

<sup>viiii</sup> Pergunta feita exclusivamente aos jovens.

<sup>ix</sup> Pergunta feita exclusivamente aos atores-chave.

<sup>x</sup> As perguntas sobre participação social foram feitas exclusivamente aos jovens.

<sup>xi</sup> A aproximação entre a equipe de pesquisa do CIESPI/PUC-Rio, o CMDCA/VR e o FJSFA/VR se deu em 2018, quando buscávamos compreender a participação infantil e juvenil em espaços públicos destinados ao debate e à deliberação de políticas públicas visando a proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes. A pesquisa se deu no âmbito do projeto *Monitoramento dos processos de participação infantil em políticas e programas de proteção à infância no Canadá e em âmbito internacional*, uma parceria entre o CIESPI/PUC-Rio e a Rede Internacional de Direitos das Crianças (ICCRP – International and Canadian Children's Rights Partnership).



**Para mais informações consulte os editores desta série:**

[www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br)

**Irene Rizzini**

Diretora-presidente, CIESPI/ PUC-Rio e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com)

**Maria Cristina Bó**

Coordenadora executiva do CIESPI/ PUC-Rio.  
(mcrisbociespi@gmail.com)

**Malcolm Bush**

Pesquisador e consultor, CIESPI/ PUC-Rio e pesquisador do Center of Urban Research and Learning at Loyola University of Chicago. (mbushciespi@gmail.com)

